

A VOZ DOS AMBULANTES

Edição: novembro/dezembro 2020

A Violência Policial e a Operação Delegada

Existe um processo duro de criminalização, perseguição e violência contra os trabalhadores ambulantes. Parece que querem nos tirar de vista, como se a cidade não fosse nossa, como se não contribuíssemos com a construção da cidade! Sabemos, no entanto, que a violência policial não é de hoje.

Quando vemos as imagens dos jornais de 100 anos atrás, observamos a mesma situação: policiais, guardas e fiscais atuando com forte repressão contra as trabalhadoras e os trabalhadores, principalmente aqueles sem licença e que estão dando duro para levar seu pão de cada dia para casa. Como dizem alguns companheiros e companheiras: “vender o almoço para comprar a janta”.

Inclusive, nesses últimos meses de 2020, os jornais publicaram vídeos e fotos de policiais chutando uma mulher trabalhadora ambulante no centro da cidade de São Paulo.

Em outro ano, um trabalhador ambulante foi enforcado na Lapa, também na capital paulista. Entra ano e sai ano, a violência policial não acaba.

Trabalhadoras e trabalhadores de todas as regiões da cidade nos últimos anos têm denunciado nas redes sociais, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, no Ministério Público Federal, entre outros órgãos, casos flagrantes de abuso de autoridade.

A Operação Delegada, criada para dar poder de controle do comércio ambulante da Prefeitura à Polícia Militar (PM), está agindo por meio destas provas (vídeos e fotos), contra os protocolos estabelecidos em lei para a fiscalização de ambulantes.

É preciso que façamos uma força tarefa para mostrar que acontece isso em toda a cidade e o quanto isso nos atinge. Nós somos muitos! Nós somos fortes! Não vamos nos calar! Seguiremos trabalhando dignamente, de queixo erguido!



Ameaça aos trabalhadores: 39 ambulantes podem ser removidos pela subprefeitura do Jabaquara em São Paulo

Vamos resistir, lutar e não aceitar esta injustiça!

Desde setembro do ano passado, 39 trabalhadores ambulantes da região da subprefeitura do Jabaquara, na zona sul da cidade de São Paulo, têm recebido ameaças de remoção de seus pontos fixos. Mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus e frente à crise econômica que toma o país, na última reunião da Comissão Permanente de Ambulantes (CPA), no mês de setembro de 2020, foi estipulado o prazo de 60 dias para que a remoção aconteça, inclusive com força policial.

Isso porque a Prefeitura de São Paulo conseguiu derrubar uma liminar que impedia a remoção de ambulantes localizados próximo ao terminal de ônibus do Jabaquara, desde fevereiro deste ano, em uma ação aberta pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e pela Defensoria Pública, julgada pela 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no processo nº 003425-75.2020.8.26.0053.

A partir desta decisão da justiça, os ambulantes – que têm suas bancas localiza-



Foto: Daniel Arroyo - Pontle Jornalismo

das no gradil Pão de Açúcar – na região dos metrô Jabaquara e Conceição, corriam risco de remoção a qualquer momento.

Esse é um processo contínuo de opressão, intensificado entre os anos de 2011 e 2012, quando a Prefeitura de São Paulo praticou ações sistemáticas de perseguição e revogação irregular das permissões de trabalho,

retomado em setembro de 2019 contra os ambulantes desta região.

Vale ressaltar que estes postos de trabalho representam o ganha pão de quase 40 famílias, as quais agregam idosos, pessoas com deficiência e com problemas de saúde. São famílias que têm este trabalho como única forma de sobrevivência.

O Sindicato dos Permissionários do Município de São Paulo (Sin-pesp) e o Fórum dos Ambulantes vêm tentando o diálogo com o subprefeito da região, Heitor Sertão, e sua equipe para evitar esta remoção que atinge os permissionários idosos que já trabalham há mais de 40 anos nestes locais.

O diálogo tem sido difícil, estamos pedindo o apoio e a solidariedade a todas as pessoas e entidades que puderem ajudar e se solidarizar com esta grave situação.

Continuamos firmes na luta e não podemos aceitar de forma alguma esta injustiça contra os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes do Jabaquara.

Direito e Luta: organização dos trabalhadores e das trabalhadoras



Foto: Arquivo EBC - ABr

As tentativas de retirada dos direitos dos trabalhadores ambulantes vieram de todos os lados: do lobby dos interesses comerciais, da criminalização do tipo de mercadoria, da cobiça dos patrocinadores dos megaeventos, dos preconceitos de raça e classe, da escolha por uma imagem de cidade estrangeira e, principalmente, da indiferença ao sustento das famílias de trabalhadores que, por diversas razões, não encontraram espaço no mercado de trabalho formal.

Então, também sempre foi com muita resistência que nós, de diversas formas, buscando cooperação de diferentes setores da sociedade, conseguimos diferentes aliados, solidários a nós e, juntando esforços, mostramos a dignidade da nossa luta! Por muito tempo, acreditava-se que era suficiente fazer a defesa individual no âmbito da licença. Entretanto, com a cassação a rodo dos TPUs em grandes quantidades, os ambulantes se reuniram e viram que era necessário a combinação de uma estratégia tripla:

1) instrumento político, a partir da formação de

uma rede municipal de trabalhadores, o Fórum dos Ambulantes, que incidisse ao mesmo tempo nos bairros, reunindo os trabalhadores, e nos canais de negociação no Executivo e Legislativo;

- 2) instrumento jurídico na escala de todo o município que estancasse as cassações em bloco e partisse da defesa, não só do direito administrativo das licenças, mas do direito ao trabalho e à cidade;
- 3) instrumento social: reunir aliados na luta: os sindicatos, os movimentos sociais, as ONGs, a Defensoria Pública, as universidades, seus pesquisadores e as organizações internacionais.

Ao longo desses últimos anos, percebemos que tudo isso foi importante, mas ainda permanece a ameaça de retirada dos nossos direitos. Por isso, redobramos nosso esforço agora para continuar, fortalecer e ampliar nossos direitos. Nenhum direito a menos! Bora para luta!

A história sempre nos mostrou que as conquistas dos direitos dos trabalhadores foram resultado da combinação infalível de luta, resistência, consciência, cooperação, solidariedade e articulação em rede, sempre na coletividade. Com os ambulantes não foi diferente! A luta nunca parou.

Trabalho ambulante em São Paulo

A vida dos ambulantes em São Paulo sempre foi marcada por inúmeras tentativas, por parte do poder público, de retirar os trabalhadores da rua e criminalizar suas atividades.

Situação que se intensifica desde o ano de 2009, na então prefeitura de Gilberto Kassab, quando vários ambulantes tiveram seus Termos de Permissão de Uso (TPUs) cassados arbitrariamente. Hoje, os efeitos daquele período ainda são sentidos pelos ambulantes e com o agravante de que a atual prefeitura continua atuando contra o comércio de rua.

Durante toda a pandemia, a atual prefeitura de Bruno Covas pouco olhou para os ambulantes: investe na remoção de ambulantes em diversas regiões da cidade, tardiamente incluiu os trabalhadores da rua no Programa Cidade Solidária e, cotidianamente, coloca a fiscalização em conjunto com a PM da Operação Delegada para perseguir e criminalizar os ambulantes.

A prefeitura também não garantiu a



Foto: Paulo Pinto - Fotos Públicas

isenção do pagamento das taxas de TPU e do "Tô Legal" e ainda cobra valores abusivos que chegam a R\$4.000 (quatro mil reais). E, mesmo após a autorização da prorrogação dos pagamentos dos TPUs, os ambulantes que tentam pagar, não conseguem desbloquear os boletos dos meses atuais, considerando que o sistema exige os pagamentos dos meses anteriores.

Diante da não isenção dos ambulantes,

foi aprovado o Projeto de Lei 312, de 2019, ainda não sancionado, isentando os ambulantes e demais permissionários.

No entanto, a Prefeitura de São Paulo além de não cumprir a Lei, ainda cobra altas taxas de TPUs dos Ambulantes, que deveriam ser isentos! Isso é golpe contra os ambulantes!

Não podemos permitir que situações como essas continuem acontecendo! Somos trabalhadores e merecemos ter nossos direitos respeitados!

Este é o momento dos ambulantes de São Paulo mostrarem sua voz e força! Precisamos ficar atentos e verificar quem de fato está e

quem sempre esteve ao nosso lado, quem defende ou defendeu nossas agendas ao longo dos anos.

É chegada a hora de pressionar os vereadores e vereadoras da cidade e o prefeito para aprovar o substitutivo do Projeto de Lei (PL) 078, de 2014, feito em parceria com o conjunto dos ambulantes, bem como lutar por uma cidade mais inclusiva, democrática e participativa!

A situação dos ambulantes na pandemia



Foto: Ricardo Wolffenbüttel - Agência Brasil

A luta pelo trabalho dos ambulantes faz parte da história de São Paulo, mas são muitas batalhas travadas com a prefeitura. Com a pandemia, os desafios impostos aos trabalhadores aumentaram, principalmente pela suspensão dos Termos de Permissão de Uso (TPUs) e das atividades do "Tô Legal!", além das fortes investidas do poder público para impedir que o ambulante consiga trabalhar em tempos de crise.

Na prática, hoje, o que se observa é que o poder público tem sido o promotor e protagonista dos processos de violência contra estes trabalhadores com a ajuda de um exército de coletes laranjas. Os ambulantes, assim como parcela

significativa da população brasileira, enfrentaram inúmeros obstáculos para conseguirem algum tipo de auxílio emergencial dos governos, que cada vez mais se mostram insuficientes para combater a crise vivida no país. Além disso, os ambulantes ficaram mais de três meses sem receber as cestas básicas da prefeitura, do programa municipal Cidade Solidária.

Isso significa que inúmeros trabalhadores não tiveram o direito de ficar em casa cumprindo o isolamento social, porque para garantir sobrevivência foram às ruas para trabalhar, colocando-se em risco de contaminação e disseminação da Covid-19 e sujeitos à forte perseguição e violência do Estado.

Como forma de defesa das ações abusivas da polícia, bem como de buscar alternativas aos ambulantes na cidade (inclusive na garantia de distribuição de cestas básicas), sobretudo diante do atual cenário, o Fórum dos Ambulantes se lançou em uma série de ações a fim de minimizar os problemas impostos pelo poder público, além de exigir o fim da violência policial.

Uma dessas medidas foi buscar o apoio do Ministério Público. Assim, a Prefeitura de São Paulo (depois de três meses de isolamento social!), incluiu os camelôs com TPU no programa de

distribuição de cestas básicas "Cidade Solidária", mas sem estender o apoio aos auxiliares de banca, aos cadastrados no "Tô Legal!" e aos camelôs que, mesmo com TPU na cidade, moram em outras localidades fora do município. Também ficaram de fora milhares de trabalhadores do "corre", especialmente os trabalhadores imigrantes.

Com a flexibilização do isolamento social e com a retomada econômica, mais uma vez a prefeitura colocou uma série de dificuldades ao retorno dos ambulantes ao trabalho. Isso porque os horários estabelecidos pela prefeitura muitas vezes não estão de acordo com a dinâmica do comércio na rua. Nesse sentido, os ambulantes reivindicam:

- Suspensão do pagamento das taxas de TPU e do "Tô Legal!";
- Fim da Violência Policial e da Operação Delegada;
- Adoção de um programa de renda básica voltado aos ambulantes na cidade;
- Prorrogação e extensão do programa cidade solidária aos ambulantes;
- Contra os despejos dos seus locais de trabalho, sobretudo nas regiões do Jabaquara e Conceição.

NA LUTA POR MORADIA, DONA MARIA MORA EM UMA OCUPAÇÃO NA CIDADE DE S. PAULO...



MÃE DE PEDRO E JOÃO, ELA TRABALHA TODO DIA PARA GARANTIR O SUSTENTO DA FAMÍLIA...



PEGA TRANSPORTE LOTADO E CARREGA PESO PRA GARANTIR SEU GANHA PÃO COMO AMBULANTE...



MAS TEM DIA QUE É DIFÍCIL! CHEGAM A PM E OS COLETES LARANJAS DA PREFEITURA E LEVAM TODA MERCADORIA DE DONA MARIA...



DURANTE MUITO TEMPO ELA RESISTIU SOZINHA CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL, FRUTO DA OPERAÇÃO DELEGADA...



MAS AGORA ELA CONHECEU AS ASSOCIAÇÕES, O FÓRUM DOS AMBULANTES E O SINDICATO! E ASSIM COMEÇOU A SE ORGANIZAR...



HOJE DONA MARIA SABE QUE NÃO ESTÁ SOZINHA, SUA HISTÓRIA É A MESMA DE MUITOS OUTROS TRABALHADORES (AS)! E ELA SABE QUE MUITOS DIREITOS PODEM SER CONQUISTADOS E QUE SÓ A **LUTA** TRANSFORMA!



DENÚNCIA:

Ouvidoria da Polícia Civil e Militar

E-mail: ouv-policia@ouvidoria-policia.sp.gov.br
 Telefone 0800-177070 das 09h às 17h
www.ssp.sp.gov.br/ouvidoria

Corregedoria da GCM de São Paulo

E-mail: smsupermanencia@prefeitura.sp.gov.br
 Telefone: (11) 3149-3800
 Rua da Consolação, 1.379, São Paulo